

## **NOTAS SOBRE A UTILIZAÇÃO DO TEXTO FILOSÓFICO NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS DE ENSINAR E APRENDER FILOSOFIA<sup>1</sup>**

OBSERVATIONS ON PHILOSOPHICAL TEXT'S USES IN ACADEMICAL PRACTICES ABOUT TEACHING AND LEARNING PHILOSOPHY

*Artur Smoliak<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

No departamento de Filosofia da Unesp em Marília, duas abordagens filosóficas foram historicamente consolidadas: a abordagem histórico-filosófica e a abordagem filosófico-interdisciplinar temática. Essas abordagens possuem peculiaridades em relação aos seus objetos de pesquisa, em relação ao modo como se relacionam com a história da Filosofia e ao modo como entendem o fazer filosófico. Essa dualidade é responsável por alimentar uma disputa dentro do itinerário formativo da instituição, corporificando-se nas aulas da graduação pelo modo como os professores lecionam. Porém, o texto filosófico desempenha um papel comum a ambas as abordagens, tornando-se objeto central na formação em filosofia. Pelo modo como o texto parece ser utilizado, a relação estabelecida em sala de aula entre professor e aluno ocorre através da mediação do texto. Esse tipo de abordagem está assegurado em pressupostos didáticos e pedagógicos, e não propriamente filosóficos. Assim, enquanto as abordagens divergem em seus métodos e focos, o texto filosófico permanece como um elemento unificador, porém, não filosófico. Para abordar a relação entre texto filosófico e a formação em Filosofia, iremos lançar mão de documentos institucionais e de autores que pensam o Ensino de Filosofia.

**Palavras-chave:** Ensino de Filosofia; Texto; Unesp.

### **Abstract:**

At Marília Unesp's Philosophy department, two philosophical approaches were historically consolidated: historical-philosophical perspective and philosophical-interdisciplinary thematic. These approaches have peculiarities in relation to their research objects, in relation to the way they relate to the history of Philosophy and the way they understand philosophical practice. This duality is responsible for fueling a dispute within the institution's training itinerary, embodied in undergraduate classes by the way teachers teach. However, the philosophical text plays a role common to both approaches, becoming a central object in philosophy training. Due to the way the text seems to be used, the relationship established in the classroom between teacher and student occurs through the mediation of the text. This type of approach is based on didactic and pedagogical assumptions, not exactly philosophical ones. Thus, while the approaches diverge in their methods and focuses, the philosophical text remains a unifying element, although not philosophical. To address the relationship between philosophical text and Philosophy training, we will use institutional documents and authors who think about Philosophy Teaching.

**Keywords:** Philosophy Teaching; Philosophical Texts; Unesp

---

<sup>1</sup> Texto fruto de pesquisa financiada pelo CNPq através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

<sup>2</sup> Mestrado em andamento em Educação pela Unesp (FFC). Graduado em Filosofia pela Unesp (FFC). E-mail: [artur.smoliak@unesp.br](mailto:artur.smoliak@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0242508941697333>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4777-8480>

## Introdução

Este ensaio, fruto de algumas pesquisas de iniciação científica (PIBIC - CNPq 2022-2024), tem como objetivo desvelar alguns possíveis entrelaçamentos entre a formação em Filosofia, analisada enquanto um saber universitário, e alguns possíveis usos do texto filosófico nas práticas do ensino e da aprendizagem na Filosofia acadêmica. Almejo expor, com base na minha própria trajetória como graduado em Filosofia pela Unesp, Campus Marília (FFC), como minha relação com a Filosofia foi plasmada por essa experiência formativa acadêmica e como o uso do texto está relacionado com esse processo.

Assumo nesta empreitada o papel de herdeiro da tradição acadêmica que me formou e, deste modo, ao me colocar na postura de legatário. Assim, é imperativo que eu aborde minha formação com uma postura crítica, uma vez que sou responsável por determinar *o que* mantereí vivo desta tradição e o que dessa tradição se manterá vivo em mim. Para lançar-me face à herança acadêmica que me formou, é crucial compreendê-la. A análise do currículo formal<sup>3</sup> estabelecido pela Unesp para a graduação em Filosofia pode fornecer pistas sobre o currículo real que fui partícipe, contribuindo assim para uma compreensão, ainda que breve, da minha relação com a Filosofia como parte do alunado que por lá passou.

Compreendo que minha formação se caracterizou por uma pluralidade de influências advindas dos meus professores, os quais abarcam, cada qual, certas perspectivas, tradições e movimentos filosóficos distintos, convergindo na afirmação de Favaretto (1995, p. 77), de que “Na situação contemporânea, talvez seja mais adequado se falar em ‘filosofias’ [...]”.

Por conseguinte, a pluralidade de tradições reafirma a máxima de que sempre discordaremos a respeito da definição de Filosofia. Porém, tendo em vista o trabalho docente, não há como professores de Filosofia se negarem a pensar sobre a especificidade desta e como a tradição que se corporifica neles delimita o que é ou não Filosofia, visto que esse é um momento necessário para a elaboração das práticas em sala de aula e para o modo como o professor se relacionará com os conteúdos filosóficos lecionados:

Numa palestra aos professores de filosofia da zona sul da cidade de São Paulo, o Prof. Dr. Silvio Gallo destacou a importância da adoção de uma concepção de filosofia como ponto de partida para a escolha de estratégias metodológicas que viabilizem seu ensino, advertindo que o que se entende por filosofia interfere diretamente no modo como ela será ensinada e nos objetivos que este ensino deverá alcançar (Maiotti, 2019, p. 91).

E, para aquém da tradição que meus professores predilecionem e dos pressupostos que estes carreguem, parece necessário que eles tenham definido para si próprios certos parâmetros sobre a ensinabilidade da Filosofia, tarefa crucial no trabalho docente:

Ensinar Filosofia: mas qual Filosofia? Em que consiste a especificidade do filosófico? E, se não há conteúdos básicos e métodos fixados, o que deve ser

<sup>3</sup> “O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003, p. 363). Para além do currículo formal, podemos pensar no currículo como um mecanismo que organiza os saberes e que se efetua nas práticas.

considerado o mínimo necessário para realizar uma suposta especificidade em termos de Ensino? (Favaretto, 1995, p. 77).

Se em termos gerais a pluralidade da minha formação revela-se nas distinções entre os objetos de estudos, de pesquisas e nas nuances filosóficas incorporadas por meus professores, é inevitável que os pressupostos por eles defendidos se manifestem durante as aulas através das práticas realizadas, como a escolha do conteúdo que será trabalhado em aula. Porém, mesmo em vista da diversidade de tradições e práticas, um comum perpassou toda minha experiência na graduação, independentemente do modo como meus professores enxergavam a Filosofia; esse algo que se fez presente em todas as aulas foi o uso do texto filosófico.

No transcorrer das disciplinas que cursei, a presença do texto filosófico foi unanimidade, erguendo-se como o cerne das aulas. Era como se cada disciplina se transformasse em um templo dedicado à veneração e à interpretação desses textos dedicados a atender àquilo que os professores entendiam por Filosofia e à Filosofia, onde professores e alunos se reuniam em torno das palavras traduzidas que uma certa tradição considerou filosófica.

Parecia não haver distinção entre professores de diferentes tradições em relação à centralidade e ao caráter filosófico do texto trabalhado, mesmo sem haver qualquer apontamento sobre o que diferenciava um texto filosófico de um não filosófico. Nesse breve ensaio, meu objetivo não é atacar o texto filosófico em si, mas tensionar os usos que foram empregados durante minha formação acadêmica em Filosofia.

Para começar meus apontamentos, abordarei o departamento de Filosofia da Unesp e suas peculiaridades, buscando, dentro do leque de temas estudados por meus professores, alguns comuns e depois abordarei a questão do texto frente a esses apontamentos.

### **Abordagem Histórico-filosófica e Abordagem Filosófico-interdisciplinar temático: a singularização de uma disputa**

Consigo apontar para duas grandes abordagens formativas tradicionalmente consolidadas no curso de Filosofia da Unesp: a *Abordagem temática-interdisciplinar* e a *Abordagem histórico-filosófica*. Essas abordagens não apenas estão presentes nos documentos do curso<sup>4</sup>, mas também na relação que alguns professores estabelecem com as diversas matizes do fazer filosófico acadêmico.

No primeiro ano da graduação são oferecidas duas disciplinas que apontam para perspectivas distintas de como a Filosofia pode ser abordada: “*Filosofia Geral I: abordagem temática*” e “*Filosofia Geral II: abordagem histórica*”. Essa diferenciação persiste no segundo ano com as disciplinas “*Abordagem pluralista e interdisciplinar de filosofia I*” e “*Abordagem pluralista e interdisciplinar de filosofia II*” em comparação com as outras disciplinas que carregam no nome “*História da filosofia ...*”<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Tais como os projetos políticos-pedagógicos – um vigente até 2021 e outro vigente de 2021 até o momento presente – e a grade do curso de Filosofia, que entrou em vigor no ano de 2017.

<sup>5</sup> História da filosofia antiga, História da filosofia medieval, História da filosofia moderna, História da filosofia contemporânea, entre outras.

Essa diferenciação entre dois modos de se abordar a filosofia acentua-se quando comparamos as propostas das aulas, pois as disciplinas que versam sobre uma abordagem histórica-filosófica não possui a mesma relação com os temas trabalhados em sala de aula que a outra abordagem, pois destina-se a analisar uma ou poucas obras de um mesmo autor ou de uma mesma tradição, diferentemente da abordagem interdisciplinar-temático, que aborda principalmente uma questão mais contemporânea e dialoga com vários autores e de variadas tradições filosóficas.

O que em minha formação se apresentou de modo sutil através das disciplinas oferecidas dentro da graduação, ganha definições mais acentuadas quando olhamos para o programa de pós-graduação em Filosofia. A pós-graduação, apesar de ser bem mais recente que a própria graduação, conseguiu explicitar através de alguns documentos e da sua estruturação, uma disputa interna entre duas abordagens; dois modos de se trabalhar com a Filosofia.

O programa de Pós-graduação será utilizado nesse ensaio como um espelho da divisão presente na graduação, principalmente pela forma como se cristalizou nos documentos uma disputa que é própria do departamento – das tradições que são encarnadas pelos docentes do curso.

À vista disso, consigo apontar para similaridades entre essas duas abordagens e as duas linhas de pesquisa do programa de Pós-graduação em Filosofia: a “*Linha de pesquisa 01: Filosofia da Informação, da cognição e da consciência*” que se assemelha a abordagem interdisciplinar-temática, e a “*Linha de pesquisa 02: Conhecimento, Ética e Política*”, que se assemelha a abordagem histórica-filosófica presente na graduação.

A nomenclatura das linhas, tal como aparece nos documentos citados, é demasiada recente (2020). Quando olhamos para a história do departamento essas duas linhas aparecem como “*Área 1: Filosofia da mente, epistemologia e lógica*” e “*Área 2: História da filosofia, ética e filosofia política*”, o que se aproxima muito do nome e da proposta das disciplinas “*Filosofia Geral I: abordagem temática*” e “*Filosofia Geral II: abordagem histórica*”. Nos documentos da pós-graduação podemos encontrar, inclusive, dois perfis investigativos em relação à Filosofia, um de natureza historiográfica e outro de natureza filosófico interdisciplinar-temático:

[A linha de Pesquisa I] tem como objetivo geral realizar pesquisas relativas à natureza da mente e do conhecimento, incluindo seus processos de constituição e justificação, *promovendo uma formação filosófico-interdisciplinar de novos pesquisadores na área [...]*. Na área denominada História da Filosofia, Ética e Filosofia Política, *as pesquisas realizadas estão alinhadas com a abordagem histórico-filosófica do pensamento ocidental. Tais pesquisas versam sobre temas e problemas propostos por autores clássicos, especialmente das tradições francesa, alemã e inglesa, [...]*. Essa área tem como objetivo específico propiciar a formação histórico-filosófica e humanística dos alunos. Nesta área, as pesquisas inserem-se no âmbito da análise e da exegese de textos clássicos, em diálogo com importantes pesquisas em desenvolvimento na Filosofia (Unesp, 2020, Grifo meu).

A abordagem histórico-filosófico é considerada mais tradicional na formação em Filosofia no Brasil e parece remeter a uma forma de se fazer Filosofia mais consolidada em nosso território; um modo de se relacionar com o fazer filosófico advindo de um estruturalismo *à la* USP, que alguns dos meus professores, graças às suas respectivas formações, herdaram. Já a abordagem interdisciplinar-temática possui uma relação com um certo fazer filosófico

existente no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) – UNICAMP.

Nesse sentido, podemos compreender que na Unesp há uma singularização da disputa pelo fazer filosófico que ocorreu no Brasil em meados dos anos 70. Uma certa dissidência de um fazer filosófico advindo de uma missão francesa e um fazer filosófico que o professor Oswaldo Porchat Pereira ajudou a consolidar em nosso território. Essa narrativa pode ser lida, dentre tantos outros textos, no livro *Um Departamento Francês De Ultramar*, de Paulo Eduardo Arantes:

Um ano depois, deixando para trás a finada Maria Antônia, Porchat partiria para os Estados Unidos, de onde retornaria professor de lógica e epistemologia, mas trazendo na mala os sintomas de uma recaída próxima, o embrião de uma filosofia da “visão comum do mundo”, de corte inglês, porém no exato feitio de velhas certezas, e à qual Bento Prado, na primeira oportunidade, precisaria dedicar o melhor de sua arte para decifrar-lhe a enigmática bizarria (1994, p. 42)

Podemos compreender a dicotomia departamental existente na Unesp por meio de uma territorialização da disputa entre essas abordagens. Outro modo de compreendermos, que também possui relação com o relato de Arantes, é através da complexificação da disputa entre *analíticos* e *continentais*<sup>6</sup>. Digo que é uma complexificação, pois o departamento mariliense nunca pretendeu repetir essa disputa e tão pouco ficou restrita a ela, essas disputas servem como modos de analisar a formação que muitos, assim como eu, herdaram da Unesp.

Essas demarcações devem ser compreendidas como ilustrações de disputas que podem servir de apoio para compreender o departamento mariliense, mas de modo algum como fator limitante.

A chamada filosofia analítica pode ser reconhecida no programa de pós-graduação como uma subárea denominada de “*Epistemologia e lógica*”, dentro da Linha 01. Os continentais podem ser relacionados com a área de “*História da Filosofia*”, dentro da Linha 02 de pesquisa. Mas, assim como já mencionado anteriormente, as linhas presentes no Programa da Pós-Graduação são cristalizações de uma disputa departamental. A singularização mariliense da disputa entre continentais e analíticos serve como ilustração de algo que consigo apontar dentro da minha formação como graduado em Filosofia pela Unesp.

Assim, por mais que o departamento de filosofia mariliense não possa ser enquadrado desse modo, há indícios que apontam para uma certa influência dessa divisão. O que parece ser reafirmado quando olhamos para o já citado documento do Programa de Pós-Graduação, pois nele notamos que na abordagem de natureza historiográfica “as pesquisas realizadas estão alinhadas com a abordagem histórico-filosófica do pensamento ocidental” (Unesp, 2020), algo que nos remete a uma certa tradição uspiana e também a uma certa abordagem *continental* do fazer filosófico. A abordagem de natureza *Interdisciplinar temático* valoriza “o trabalho temas contemporâneos em torno de conceitos de informação, consciência e cognição”, atuando-se fortemente em “disciplinas filosóficas consolidadas recentemente em nosso país, como a Filosofia da Mente, a Filosofia e Ética da Informação, Filosofia da Tecnologia” (Unesp, 2020), remetendo ao CLE e também ao modo *analítico* de se relacionar com a Filosofia – principalmente pelo modo logicista de se trabalhar com alguns temas

<sup>6</sup> Há uma gama de bibliografia que versa sobre o tema, entretanto recomendo *O Continente e a ilha: Duas vias da filosofia contemporânea*, de Ivan Domingues.



Se a diferenciação entre essas duas abordagens pode ser ilustrada desde uma época mais distante, encontramos na Unesp um percurso que remonta a uma disputa departamental do final dos anos 1990, em que a abertura da pós-graduação (mestrado e depois doutorado), deu-se através de duas linhas de pesquisa: “Epistemologia, lógica e filosofia das ciências” e “Ciência cognitiva e filosofia da mente”, que pertenciam a uma área *Interdisciplinar*, permitindo, inclusive, que professores de outras áreas compusessem o Programa de Pós-Graduação. No começo do milênio a área *Interdisciplinar* transformou-se na área *Filosofia*<sup>7</sup>.

Nesse sentido, apesar da proposta interdisciplinar não ter sido levada adiante por questões outras, ela permaneceu no programa em Filosofia desde então como uma proposta de abordagem investigativa filosófica “*Interdisciplinar-temática*”. A área histórica-filosófica só conseguiu se afirmar anos depois como uma linha do mestrado.

Essa diferenciação, presente desde o começo da pós graduação em Filosofia da Unesp, perpassa o tempo e ressoa ainda hoje na formação dos pós-graduandos e, principalmente dos graduandos. E, se não há como delimitar como cada professor pensa sua relação com a Filosofia, conseguimos delimitar, pelo menos em termos esquemáticos, duas grandes abordagens filosóficas presentes no departamento.

Por mais que essas abordagens não sejam limitantes ao modo como os docentes do programa trabalham, inferimos que, de um modo ou de outro, os professores do Unesp se posicionam frente a essa disputa interna. Dito isso, investigar o departamento mariliense exige olharmos para essa disputa, a qual ressoou na minha formação e me elegeu como herdeiro, por mais que essa disputa fosse muito maior que minha singular existência.

### **Modos distintos de se trabalhar com a história da Filosofia: centro ou referência**

Para além das disputas mencionadas, é possível vislumbrar similaridades entre as abordagens mencionadas e uma disputa mais ampla, sobre como os cursos de Filosofia se apropriaram da *História da Filosofia*. As abordagens mariliense parecem traduzir duas maneiras distintas de se lidar com a tradição filosófica, duas formas de se trabalhar com a história da Filosofia: ou como centro ou referência.

A história da filosofia trabalhada como centro tornou-se evidente nas aulas da graduação em que os professores abordavam poucos autores, geralmente nos detínhamos no trabalho sistêmico de cada obra e tentávamos compreender, através de uma ordem cronológica conceitual das ideias (um tempo lógico), o desenvolvimento das ideias, de uma tradição ou de um debate filosófico.

Nesse registro, destaco disciplinas como *História da Filosofia Medieval I*, e *História da Filosofia Francesa Contemporânea I*, em que poucos foram os textos trabalhados, o sistema de cada autor era respeitado em si mesmo e a cronologia

---

<sup>7</sup> “O Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da UNESP, campus de Marília, iniciou suas atividades em 1996, com a área de concentração em Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente. O PPGFIL tinha um perfil filosófico-interdisciplinar voltado a investigar pressupostos e possíveis implicações epistemológicas e éticas da abordagem mecanicista da mente. Em 2000 o programa abriu a primeira turma de doutorado, seguindo a orientação de oferecer o curso de doutorado apenas depois de haver uma turma formada no mestrado” (Unesp, 2020).

das ideias eram postas como se um autor, mesmo possuindo um sistema fechado, dialogasse diretamente com seu antecessor.

Seguindo essa mesma abordagem, outra disciplina que também utilizou da história da filosofia como centro foi a disciplina introdutória “*Filosofia Geral II: abordagem histórica*”. O professor trabalhou magistralmente com uma gama de autores para destacar o desenvolvimento histórico dos grandes períodos, proporcionando uma visão panorâmica da filosofia.

Por outro lado, quando em minha formação a história da filosofia foi usada como referência, o principal não era o sistema interno de um autor ou o desenvolvimento histórico de uma tradição ou teoria, mas sim os problemas abordados. As aulas de “*Teoria do Conhecimento I*” e “*Filosofia da Mente e da Ação I*” desenvolveram-se nesse sentido. Em *Teoria do conhecimento I*, por exemplo, o importante foi a questão sobre a natureza do conhecimento e sua possibilidade, não nos detemos em autores específicos, mas buscamos recursos e exemplos de soluções na história da Filosofia.

Essa dicotomia em relação ao modo de se operar com a história da filosofia pode ser ilustrado no texto de Franklin Leopoldo e Silva (1986), que, ao tentar elaborar métodos para se trabalhar com a Filosofia no então Segundo grau, acabou expondo modos de se relacionar com a Filosofia característicos do ensino superior.

A história da Filosofia pode ocupar posição central, “[...] *focalizando os sistemas e autores na ordem histórica do seu desenvolvimento*, visando familiarizar os alunos com os problemas e as formas de encaminhamento das soluções.” (Leopoldo e Silva, 1986, p. 156, grifo meu); ou de modo que a história da filosofia seja “[...] tomada apenas como *referencial ilustrativo de determinados temas* que se deseja tratar. Os temas são tratados independentemente dos sistemas ou autores, levados em conta apenas na medida em que propiciam os indispensáveis referenciais para a discussão” (Leopoldo e Silva, p. 159, grifo meu).

Posto isso, Leopoldo e Silva (1986) também evidencia – **havendo a utilização das fontes primárias como base** – as vantagens e as dificuldades de cada abordagem. Em relação às vantagens da história da filosofia como centro, apresenta que essa abordagem pode facilitar a compreensão das questões em si mesmas e possibilita, através do acompanhamento dos desenvolvimentos das questões, ampla visão histórica e uma percepção mais sistemática do encadeamento das questões na história da Filosofia.

Porém, podemos encontrar dificuldade em pensarmos cronologicamente a história da Filosofia se não podemos pressupor uma linearidade ou uma relação de progresso para a Filosofia ou mesmo se estamos nos havendo com o melhor recorte textual – pois não há como abordarmos toda a história da Filosofia, restando aos professores uma escolha “arbitrária” de temas e autores à serem trabalhados. Outra dificuldade encontra-se no risco de nos afastarmos muito das questões contemporâneas, provocando um relativo isolamento das questões atuais e, com isso, provocar desinteresse dos estudantes em relação à Filosofia.

Sobre a abordagem em que a história da filosofia é referência, temos como vantagens uma maior aproximação das questões com a atualidade, conferindo, inclusive, maior liberdade ao professor e aos estudantes – o que comprovei com minha experiência na graduação, nessas aulas os estudantes pareciam mais engajados –. Todavia, a ausência de uma linha condutora histórica exige maior conhecimento da própria história da filosofia por parte do professor e, segundo Leopoldo e Silva (1986), também pode acarretar na não compreensão sistêmica de

um dado autor ou tomando os autores e os sistemas como meras ilustrações de determinados temas.

Esse texto exprime dois modos de se trabalhar com a Filosofia, uma discussão que parece haver-se singularizado no departamento mariliense e cristalizado de forma mais evidente nas duas linhas da pós-graduação. O que fica ainda mais evidente quando olhamos para a afirmação de que a história da filosofia é, assim como apontou Leopoldo e Silva, fundamental à ambas as áreas:

Embora com metodologias e interesses específicos, as duas linhas de pesquisa dialogam entre si e, por vezes, convergem em suas investigações. Um dos pressupostos fundamentais de ambas as linhas de pesquisa é que a formação filosófica deve articular o estudo de textos considerados clássicos com a análise de temas e problemas filosóficos contemporâneos ou que assumem na contemporaneidade novas formulações (Unesp, 2024).

Se o departamento afirma que a história da Filosofia é fundamental em ambas as áreas, o que resta para diferenciá-las é o modo como elas abordam as questões filosóficas e as próprias questões abordadas.

A área da *História da filosofia* aborda questões consideradas clássicas, enquanto a área *interdisciplinar-temática* aborda questões mais contemporâneas, mas sem abrir mão dos clássicos da Filosofia – movimento necessário, segundo alguns docentes do curso, para não incorrerem no risco de *abrirmos portas já abertas*. Assim, o paralelo entre as abordagens assemelha-se com a proposta de Leopoldo e Silva (1986), que, por sua vez, se insere numa discussão mais ampla a respeito da utilização da história da filosofia como referência ou como centro.

Para tornar essa questão ainda mais imbricada, Piaia, por seu turno, realiza uma crítica ainda mais dura e ácida do que a realizada por Leopoldo e Silva à *história da Filosofia como referência e a uma certa tradição filosófica*, ao afirmar que a abordagem em questão simplifica e planifica o contexto histórico do filósofo trabalhado em detrimento de uma utilização amíu de temas e conceitos que melhor servirem para a ocasião, desrespeitando o sistema filosófico do autor; dilacerando os filósofos para que eles reafirmem a visão de mundo de quem os utiliza:

A dimensão diacrônica e histórica é assim refutada, porque demasiado difícil e complexa, e porque se prefere projetar ideias e construções teóricas sobre um fundo único, uniforme e monótono, no qual a menor presença do contexto histórico e, pois, da "diferença" mais profunda, faz perder especificidade e sabor às doutrinas. Eis então o passado da filosofia reduzido a um gigantesco supermercado, no qual todos os artigos são expostos sobre um mesmo plano e do qual cada um pode apanhar a bom preço o que mais lhe agrada ou o que lhe poderia servir para abastecer sua visão de mundo sobre a base das modas mais correntes. Trata-se de Platão ou de Heidegger, de Aristóteles ou de Nietzsche, de Santo agostinho ou de Foucault, as ideias perdem sua espessura histórica e colocam-se uma "ao lado" da outra, como se proviessem todas do artigo de fundo de um quotidiano recém-saído da tipografia (Piaia, 2007, p. 14).

Essa crítica pode ser usada tanto para a *História da Filosofia como Referência*, como à *Abordagem Interdisciplinar-temática* do departamento mariliense, que parece seguir, de maneira singular, esse modo de se relacionar com a História da Filosofia. De maneira um tanto quanto jocosa e com argumentos bem menos robusto, veteranos da graduação afirmavam que, a exemplo da disciplina de *Teoria do conhecimento I*, faltava rigor para com o sistema dos autores e que



parecia estranho conceber um diálogo entre Aristóteles, Fred Dretske e outros em uma mesma disciplina. Falas assim compunham a cultura dos estudantes, que se satirizavam de acordo com a perspectiva defendida.

Para além de ser uma fala isolada, era comum certos estudantes defenderem suas áreas e atacarem argumentativamente a outra. Esse fenômeno também compõe o currículo por mim vivenciado. Ele não está escrito, como o currículo formal, mas é o currículo vivenciado pelo alunado e que influencia na relação dos estudantes com a seleção de conteúdos culturais particularmente organizados.

Por outro lado, outros veteranos pareciam ecoar, sem saber, o adágio escrito por Arantes (1994, p. 16) sobre os estudantes que não queriam comentários de textos, mas filosofar. Esses que defendiam a abordagem interdisciplinar-temática, na qual o texto é utilizado como referência, argumentavam com ardor que eles sim estavam engajados na verdadeira prática filosófica, enquanto os outros, conforme expressão desses veteranos, limitavam-se a repetir os escritos de pensadores falecidos, evitando confrontar-se com questões filosóficas reais ou com temas contemporâneos, que, segundo eles, demanda mais que do que somente esmiuçar termos específicos dentro de uma obra.

Nesse sentido, um falecido professor do departamento de Filosofia da Unesp, encara o caráter histórico-filosófico da Filosofia no Brasil como um *pecado original* que atravessou gerações e que modela a maneira de fazer pesquisa e ensinar filosofia na universidade. Esse “pecado original, que, como tal, foi sendo transmitido de geração para geração de professores” (Arruda, 2013, p. 50), permitiu a emergência daquilo que foi intitulado de *comentarismo*:

O estudo das obras no original veio acompanhado de uma concepção de análise de texto rigorosa, a mais isenta possível, *na época associada ao estruturalismo*. Como resultado disso, em poucas décadas formou-se no país um corpo de docentes/pesquisadores com grande conhecimento de todas as principais línguas estrangeiras filosoficamente importantes, e com um nível de *competência verdadeiramente internacional no gênero do comentário de obras filosóficas* (Arruda, 2013, p. 50, grifo meu).

Se voltarmos para o consagrado texto *Um departamento francês de ultramar*, podemos observar que a crítica a um modo de se trabalhar com o texto filosófico – o *comentarismo*<sup>8</sup> proposto por Arruda – já era tensionado pelos estudantes do curso de filosofia da USP:

Os alunos respondiam a esse clima de simpatia [com os professores estruturalistas franceses] pelo acatamento incondicional, ou quase, *pois a cada ano sempre havia o pequeno contingente desenganado dos que queriam ‘filosofia’ e não comentário de texto* (Arantes, 1994, p. 16, Grifo meu).

Arantes também aponta para como os primeiros professores concebiam a prática filosófica, algo que, segundo o próprio Arruda, ainda nos orienta nas práticas de ensino e de pesquisa na filosofia acadêmica atualmente. Assim, se antes ainda podíamos ter dúvidas sobre a disputa interna como ressonância de uma disputa pelo fazer filosófico instituída mesmo antes da Unesp se consolidar como um programa de pós-graduação, a afirmação de Arruda e de Arantes evidencia que

<sup>8</sup> “Esse regime, caracterizado pelo domínio generalizado do comentário de obras, com a exclusão quase total do gênero filosófico e do histórico no sentido estreito, vou chamá-lo de regime do *comentarismo*” (Arruda, 2013, p. 50, grifo do autor).

a discussão não se encerra em Marília, mas é fruto de divergências históricas no Brasil e que, no departamento mariliense, ganhou roupagens próprias.

Arruda, além de atacar um tipo de fazer filosófico associado ao estruturalismo uspiano, afirma que durante a história da Filosofia os problemas sempre foram as personagens centrais (Arruda, 2013, p. 25) e que deveriam assumir o posto que muitos professores associam à centralidade da história da filosofia. Esse modo de abordar a questão fez com que Arruda afirmasse a necessidade de que os professores trabalhassem com os temas filosóficos<sup>9</sup>, pois esses estariam mais próximos de um problema filosófico do que a história da Filosofia tal qual era abordada no Brasil.

Em outro texto, Arruda defende que não existe a possibilidade da Filosofia se fechar em si mesma ou na centralidade de sua história, ela necessita – para além de ser temática – dialogar com outras áreas, afirmando que a interdisciplinaridade na filosofia sempre “foi a regra e não a exceção na história da investigação epistêmica” (Arruda, 2001, p. 113). O que nos leva a compreender, inclusive o nome das disciplinas *Filosofia Geral I: abordagem temática* e *Abordagem pluralista e interdisciplinar de filosofia I e II*<sup>10</sup>.

Tendo em vista as experiências que narrei no decorrer do texto e os autores que utilizei para auxiliar na compreensão da minha problemática, o que diferencia essas duas abordagens do modo como os professores trabalham com a Filosofia dentro da sala de aula na graduação?

Temos apontamentos de que a diferença se faz principalmente em relação ao objeto de estudo e de pesquisa dos professores, o que já foi mencionado anteriormente. Mas, indiferentemente da abordagem, o uso do texto filosófico vem como um comum em ambas as áreas e presentifica-se na grande maioria das aulas.

Esse comum entre as abordagens aparece, inclusive, em documentos da instituição: “um dos pressupostos fundamentais de ambas as áreas de concentração é que a formação filosófica deve articular os estudos dos textos clássicos da tradição com a análise de temas e problemas filosóficos” (Unesp, 2020). Temos uma prática comum a ambas as áreas e comum a todas as disciplinas da graduação, evidenciada quando observamos, para além dos documentos mencionados, as ementas e planos de aula de cada disciplina<sup>11</sup> e as próprias práticas docentes.

Dado esses apontamentos, suscito o seguinte questionamento: em que medida essa diferenciação se concretiza e em que medida o texto filosófico é trabalhado em cada abordagem?

## **O texto filosófico: um ponto em comum entre as duas abordagens marilienses**

Na atmosfera acadêmica do departamento de Filosofia da Unesp, duas abordagens filosóficas colidiram, o que gerou uma intrincada disputa que

<sup>9</sup> “Não existe uma Filosofia não-temática e uma temática, ela é toda temática” (Arruda; Moraes; Girotti, 2013, p. 16).

<sup>10</sup> Para compreender mais detalhadamente as diferenças e aproximações entre uma Abordagem Temática da Filosofia e uma Abordagem Interdisciplinar-Filosófica, recomendo buscar pelo trabalho de conclusão de curso do Jonathan Braz de Souza. Nesse trabalho, além de enunciar essas diferenças e aproximações, ele evidencia como que na Unesp, Campus de Marília (FFC), a distinção de nomenclatura diz respeito a uma mesma área da pós-graduação e a uma mesma postura filosófica.

<sup>11</sup> Há uma exceção: as disciplinas de *Tutoria*, porém, mesmo não estando no plano de aula a obrigatoriedade da presença de textos filosóficos, muitos docentes utilizam-se deles nessa disciplina.

alimentou o itinerário formativo tanto do programa de pós-graduação quanto da graduação em Filosofia. Contudo, mesmo diante dessa dicotomia, emergiram práticas compartilhadas que permearam o ensino da disciplina, destacando-se, sobretudo, a presença e a relevância atribuídas ao texto filosófico.

Tanto na abordagem de cunho histórico-filosófico quanto na filosófico interdisciplinar-temática, a leitura dos textos assume a posição central como estratégia formativa. Durante minha graduação, além de sempre buscarmos os textos dos próprios filósofos em oposição aos manuais, existia uma pressão para que dominássemos línguas estrangeiras, pois deveríamos sempre buscar a leitura no idioma original, evitando erros ou impressão advindas das traduções – por melhor que fossem. O texto servia como guia para não cairmos no erro do anacronismo ou do uso equivocado de conceitos.

Embora o texto filosófico tenha sido utilizado como elemento comum nas práticas de ensino de ambas as abordagens, é plausível esperar que cada uma mantenha uma relação distinta com sua utilização. Afinal, os pressupostos e métodos de pesquisas inerentes a cada abordagem devem exercer uma influência sobre as práticas estabelecidas com o uso do texto em sala de aula, desde sua seleção até o modo como será abordado.

As aulas realmente abordavam questões diferentes, possuíam modos de se relacionar com a história da filosofia distintos e possuíam especificidades insolúveis. Em minha singular experiência, o uso mais analítico, exegético e detalhado de um único texto durante toda a disciplina semestral se fez presente especialmente nas aulas que tinham uma maior proximidade com o estudo da história da Filosofia como centro. Nessas aulas deparei-me com uma leitura que se aproximava muito da proposta estrutural que formaram meus professores. Alguns deles, inclusive, recomendavam a leitura de *A Religião de Platão*, de Goldschmidt, como um texto indispensável para um trabalho sério em Filosofia.

Certos documentos da instituição auxiliam na compreensão da herança que me formou em relação a postura desses professores. A abordagem histórico-filosófica, que tem como característica o estudo histórico de temas e problemas proposto pelos autores clássicos europeus, também incorpora o exercício de “análise e da exegese de textos clássicos” (Unesp, 2020) como uma de suas práticas mais relevantes. Nesse mesmo documento encontramos uma referência a leitura estrutural dos textos: “reconhece-se que a leitura estrutural dos textos é um importante alicerce na formação filosófica” (Unesp, 2020).

Apesar de não existir indicações sobre o que é a “leitura estrutural dos textos”, pode-se inferir, baseado no contexto brasileiro brevemente apresentado, que essa seja uma referência direta ao método estrutural de leitura que emergiu através do curso de filosofia da USP, a partir da influência técnico-acadêmica dos professores franceses Martial Guérout e Victor Goldschmidt, na década de 1960 – estreitando ainda mais a relação de um estruturalismo uspiano com a abordagem histórico-filosófico mariliense, elucidando, inclusive, a recomendação do livro de Goldschmidt por parte do professor.

Esse método de leitura de texto é conhecido por manter uma relação **histórica** de **entendimento** com as obras filosóficas, enfatizando o exercício **explicativo** e de **compreensão** da estrutura interna dos textos filosóficos. Tal exercício relacional tem como pressuposto de que o texto filosófico é a expressão de um sistema, cujas teses jamais podem se separar do tempo lógico que lhe é inerente, ou seja, do movimento metodológico que institui a ordem das razões do sistema, tal como expõe Goldschmidt:

A filosofia é explicitação e discurso. Ela se explicita em movimentos sucessivos, no curso dos quais produz, abandona e ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem por razões. A progressão (método) desses movimentos dá à obra escrita sua estrutura e efetua-se num tempo lógico. A interpretação consistirá em reaprender, conforme à intenção do autor, essa ordem por razões, e em jamais separar as teses dos movimentos que as produziram (1970 [1953], p. 140).

Goldschmidt compreende a necessidade de um método severo para a leitura dos textos, um método que afasta da Filosofia o mal do dogmatismo precoce. Nas palavras de Arantes “o Método incluía uma cláusula restritiva severa, explicitamente enunciada pelo mestre: deixemos a filosofia para os filósofos, dizia Goldschmidt, que sem dúvida falava com conhecimento de causa e *grano salis*. Quando muito a filosofia, se viesse, viria por acréscimo” (Arantes, 1994, p. 22).

Já no que diz respeito à abordagem filosófico-interdisciplinar, concretizou-se em minha experiência na graduação principalmente nas disciplinas “*Abordagem pluralista e interdisciplinar de filosofia I e II*”, “*Teoria do Conhecimento I*” e “*Filosofia da Mente e da Ação I*”, em que estudamos textos de autoras vivas e até mesmo teses defendidas nos últimos dez anos, reafirmando a proposta de explorar temas atuais e publicações recentes e utilizar da história da filosofia de maneira diferente da abordagem histórico-filosófico.

A abordagem interdisciplinar-temática atua com disciplinas filosóficas consolidadas a pouco tempo no Brasil, como as já mencionadas Filosofia da Mente, Filosofia e Ética da Informação e Filosofia da Tecnologia. Coloca como centro da investigação os temas/problemas e, dada a complexidade dos problemas tratados, preza-se por uma metodologia interdisciplinar, e devido ao foco em temas contemporâneos, pode-se esperar que o docente não trabalhe com textos clássicos – como ocorreu durante minha formação –, pois talvez esse não seja o melhor caminho:

Seus pesquisadores analisam pressupostos filosóficos, epistemológicos e científicos das pesquisas contemporâneas sobre processos cognitivos, perceptuais e informacionais, bem como suas consequências. Os trabalhos realizados versam sobre temas e problemas relacionados à natureza da mente, às hipóteses das teorias contemporâneas da informação, à natureza e propriedades da consciência, às relações percepção/ação, às implicações das novas tecnologias da informação e comunicação sobre hábitos de conduta, à análise crítica de teorias pelos métodos formais da lógica contemporânea (Unesp, 2020).

Tornando-se evidente que, pela característica relacional com os tais temas, a abordagem interdisciplinar-temática explora outras questões e possui outro “cânone”, um que não passa pelos clássicos da Filosofia – a exemplo de Dretske – ou não necessita do mesmo trabalho exegético proposto na abordagem histórica-filosófica.

Apesar das duas abordagens filosóficas existentes na instituição terem como cerne o uso de textos filosóficos no ensino de Filosofia, é visível certas diferenças. Reflexo das metodologias de cada área, dos objetos de pesquisa e da dissonância em relação ao uso da história da Filosofia. Porém, essa diferenciação não persiste na relação do uso do texto filosófico como principal elemento formativo.

Tal estratégia formativa é ilustrada nos documentos da instituição e pelos apontamentos de Leopoldo e Silva (1986), que também enfatiza o papel basilar do texto como **condição necessária** no processo de formação filosófica dos estudantes. A leitura direta dos textos filosóficos não apenas **contextualiza** e **confere precisão conceitual** às teorias abordadas e aos temas trabalhados, mas também ressalta a imperatividade de se recorrer à fonte primária, em detrimento do uso de manuais ou de esquemas simplificadores (Leopoldo e Silva, 1986).

Os professores de ambas as abordagens, na posição de detentores de um maior arcabouço intelectual frente ao estudante, colocam-se no papel de mediadores entre a representação verdadeira que deve ser apreendida do texto e o estudante. Nessa relação o docente está na função de explicador de texto e o estudante na posição de aprendiz, construindo nas aulas de Filosofia uma relação que não é filosófica, mas sim didática e pedagógica, como apontam Rodrigues e Gelamo (2021, p. 842-843):

[...] as práticas do professor não são qualificadas como um exercício filosófico, e sim "pedagógico" e "educacional". Se a universidade reconhece as práticas historiográficas e o comentário como algo da natureza filosófica, isso não vale para o registro educacional da filosofia. Quem é professor nada há a atualizar, apenas reproduz o saber criado, uma vez que sua função realiza apenas uma mediação, supostamente neutra, porque científica, e didática, porque pedagógica, de dois mundos: da produção filosófica e dos leigos, aproximando estes últimos à cultura construída. Embora seja preciso criar para ser professor, esse ato estaria restrito a um registro organizacional dos conteúdos a serem ensinados, que precisam ser adequados à capacidade dos estudantes, e das metodologias aplicadas para tanto, uma relação, portanto, não considerada filosófica.

O texto, em minha formação aparece como pedra angular para as aulas de filosofia, as aulas possuem divergências quanto ao uso da história da Filosofia, mas não em relação a centralidade do texto. O aparato textual é, em grande parte, o responsável por conferir o filosófico para as aulas de Filosofia. Estratégia formativa que, como apontado, carrega pressupostos didatizantes e pedagogizantes para o ensino da Filosofia, em detrimento de uma proposta filosófica para seu ensino. O texto, que deveria ser a ponte para o filosófico, aparece como limitador.

Rodrigues e Gelamo (2020, p. 21) expõem de forma ainda mais ilustrativa o fazer filosófico tradicionalmente instaurado nas academias brasileiras e que utilizo como ilustração da minha vivência na graduação:

[...] consolida-se uma estratégia predominante de ensinar e aprender filosofia, que concentra seu exercício formativo na leitura, compreensão e explicação dos textos filosóficos, a fim de criar familiaridade com as potencialidades eternas da razão. Tais diretrizes permanecem organizando as imagens da disciplina no ensino médio e, do mesmo modo, modelando a nossa formação como professores.

O que parece ir de encontro com a crítica realizada por Porta (2007, p. 95, grifo meu) de que "Existe, em certos círculos, uma tendência a mistificar o texto, **considerando a relação com o texto não como momento, mas como o todo da atividade filosófica**". E como docente algum ensina somente conteúdo, mas também pautas de ações e esquemas teóricos que podem ser incorporadas pelos



estudantes<sup>12</sup>, a lida com o texto em sala de aula é uma grande responsável por perpetuar uma mesma relação institucional com a Filosofia e por estabelecer, inclusive, uma certa relação com o filosófico.

Reconheço-me como parte desse processo institucionalizado de se lidar com a filosofia, reconheço que incorporei modos de agir que não eram propriamente meus antes de cursar Filosofia. Modos de agir característicos de uma relação acadêmica demasiado ímpar. As aulas que tive dentro da universidade me ensinaram como devo me relacionar com a Filosofia; qual a forma correta de se ler um texto filosófico e seus comentadores; como devo agir dentro da sala de aula e diversas outras pautas de ações que fui incorporando no contato diário com os professores da graduação<sup>13</sup>.

Assim, a herança que me elegeu violentamente é, em termos gerais, demasiado abrangente graças às duas abordagens existentes – complexificação e singularização marliense de algumas disputas nacionais e transnacionais –, porém, pelo modo como os professores podem vir a utilizar o texto filosófico, o alunado pode incorporar o texto como sinônimo de filosófico, o que deveria ser ocupado por outra coisa, uma coisa de outra ordem.

A herança formativa que compartilho aqui é a responsável por moldar as relações entre os alunos e os textos filosóficos. Essa dinâmica de leitura e explicação de textos se solidificou em mim durante esse processo. Fui moldado, durante esse período, para ser um leitor de textos, o que por sua vez dificulta uma abordagem diferente à filosofia. Este texto surge de uma profunda inquietação, pois ao descrever essa herança, estou descrevendo não apenas a minha relação com a filosofia, mas também a de muitos outros colegas estudantes com quem tenho contato. Ao narrar minha herança, encontro a mim mesmo nela, reconhecendo-me como uma pessoa que foi formada para ser explicador de textos em sala de aula.

## Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar*: Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos 1960). São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARRUDA, Antonio Trajano Menezes. Filosofia Geral e problemas metafísicos. In: PRADO, L. L.; JUNIOR, K. S.; SCHLÜNZEN, E. T. M. (org.). *Filosofia [recurso eletrônico]*. Temas de Formação. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2013. p. 15–54.

ARRUDA, Antonio Trajano Menezes; MORAES, João Antonio de; GIROTTI, Marcio Tadeu. Entrevista com o Prof. Dr. Antonio Trajano Menezes Arruda. *Kínesis*. Marília, v. 5, n. 9, p. 1–20, 2013.

---

<sup>12</sup> “Ao longo dos anos de estudante, vão sendo internalizados esquemas teóricos, pautas de ação, valores educativos, etc., que atuam como elementos reguladores e condicionantes da prática futura” (Cerletti, 2009, p. 55).

<sup>13</sup> A prática docente concreta conta, então, com um panorama variado de condicionamentos e influências, quase sempre implícitos ou inconscientes; um horizonte de verdadeiras “configurações de pensamento e ação que, construídas historicamente, se mantêm com o passar do tempo, enquanto estão *institucionalizadas, incorporadas às práticas e à consciência dos sujeitos*” [Davini, 1995, p. 20.] (Cerletti, 2009, p. 56, grifo do autor).

- CERLETTI, Alejandro. **O ensino de Filosofia como problema filosófico**. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009.
- FAVARETTO, Celso Fernando. Notas sobre o ensino de Filosofia. In: ARANTES, P. E. et al. (Org.). **A Filosofia e seu ensino**. São Paulo: EDUC, 1993, p. 77–85.
- GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino da Filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de Filosofia?** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2009.
- GOLDSCHMIDT, Victor. **A Religião de Platão**. Trad: Ieda e Oswaldo Porchat Pereira. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970 [1953].
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin. História da Filosofia: centro ou referencial? In: NIELSEN NETO, H. (org.). **O ensino de Filosofia no 2º Grau**. São Paulo: SOFIA Editora SEAF, 1986. p. 153–163.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAIOTTI, Á. de S. Caminhos literários do Ensino de Filosofia. **Revista Digital de Ensino de Filosofia**, Santa Maria, v.5, n.2, 2019.
- PIAIA, Gregorio. Prefácio. In: MARQUES, U. R. de A. **A Escola Francesa De Historiografia Da Filosofia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 11–14.
- PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 813-853, 2021.
- RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. Um olhar para os vestígios da historiografia da filosofia nos documentos oficiais e na tradição formativa do professor de filosofia. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-24, 2020.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (Unesp). **Pós-graduação em Filosofia. Apresentação**. Responsável: Eder Ludovico de Matos, Marília-SP, 2020. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/filosofia/apresentacao/historico/>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (Unesp). **Pós-graduação em Filosofia. Linhas de Pesquisa**. Responsável: Paulo Sérgio Teles, Marília-SP, 2024. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/filosofia/o-programa/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

Recebido em: 03/2024  
Aprovado em: 05/2024